

## **Ratificação de despacho de alteração ao orçamento chumbada.**

O despacho efectuado a 29 de Junho pelo Sr. Presidente de Câmara para alteração ao orçamento de Câmara não foi ratificado pelo executivo, não podendo por isso produzir efeito.

O voto contra dos vereadores CPNT deve-se à total ausência de explicação e esclarecimento quanto à necessidade de urgência deste despacho, e não tendo visto qualquer das questões colocadas respondidas por parte dos vereadores do Partido Socialista,

## **Dívida da Câmara a terceiros (fornecedores e empreiteiros) aumenta 1.345.067,39 €, Dívida a juntas, colectividades e associações rondam os 2.000.000,00 €.**

Os vereadores da CPNT questionaram o conteúdo da informação financeira dada pelo Sr. Presidente de Câmara aos deputados municipais, onde é referido que a autarquia tem uma dívida a terceiros na ordem dos 16.214.111,90 €. Este valor surge na informação como somatório de facturas já conferidas 11.822.298,80 €, com o valor das facturas em conferência 2.268.828,42 €, e ainda com um valor definido “como outras” de 2.122.984,68 €. Os vereadores da CPNT questionaram que definição era dada a “outras”, tendo sido explicado por parte dos serviços que significava a dívida a juntas, associações e colectividades. A dívida a terceiros em 31 de Dezembro de 2010 era de 14.869.044,51 €.

Os dados referem-se a Junho de 2011.

## **Plano de pagamento a freguesias metido na gaveta**

O plano de pagamentos às Juntas de Freguesia referente a duodécimos, protocolos e delegação de competências que apresentava pagamentos mensais até final do ano, a partir de Junho vai ser metido na gaveta segundo informação avançada durante a reunião de câmara de 18 de Julho. Os vereadores da CPNT solicitaram informação detalhada sobre os pagamentos às juntas até final do ano, tendo obtido como resposta por parte da Directora do Departamento Financeiro da autarquia que este plano não irá ser cumprido.

Os vereadores da CPNT mostraram a sua discordância e frisaram o enorme desrespeito do executivo socialista pelas juntas de freguesia.

## **Proprietária do terreno do Complexo Escolar coloca Câmara em Tribunal**

Os vereadores da CPNT tomaram ontem conhecimento, após a entrega por parte dos serviços de uma listagem dos processos em tribunal requerida por eles, que a proprietária do terreno onde foi construído o Complexo escolar de Alenquer (JI e 1º ciclo) colocou uma acção em tribunal contra a Câmara por uso indevido do seu terreno. Recorde-se que a Câmara tinha o compromisso de integrar o restante terreno da proprietária em área de expansão urbana aquando da revisão do PDM, até à data limite de 2003. A proprietária pede um montante de 14.835,00 €/mês que até à data da propositura da acção é no montante de 519.225,00 €, como compensação mensal de utilização do terreno desde Junho 2008 (abertura do centro escolar). Exige também a proprietária que se inicie o procedimento expropriativo e o pagamento da compensação mensal até à data de declaração de utilidade pública.

Alenquer, 18 de Julho de 2011